

Dupas, Gilberto. **Nova ordem global e a política: o espaço da periferia.** En: *Seminário Internacional REG GEN: Alternativas Globalização* (8 al 13 de Octubre de 2005, Hotel Gloria, Rio de Janeiro, Brasil). Rio de Janeiro, Brasil : UNESCO, Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura, 2005.

Disponibile en la World Wide Web: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/reggen/pp15.pdf>

[www.clacso.org](http://www.clacso.org)

**RED DE BIBLIOTECAS VIRTUALES DE CIENCIAS SOCIALES DE AMERICA LATINA Y EL CARIBE, DE LA RED DE CENTROS MIEMBROS DE CLACSO**

<http://www.clacso.org.ar/biblioteca>

[biblioteca@clacso.edu.ar](mailto:biblioteca@clacso.edu.ar)

## NOVA ORDEM GLOBAL E A POLÍTICA: O ESPAÇO DA PERIFERIA

GILBERTO DUPAS<sup>1</sup>

Compreender a nova ordem mundial – e o papel das chamadas “potências emergentes” dentro dela - exige examinar a lógica das relações de poder que resultou em vitória retumbante do capitalismo globalizado, atualmente o único modelo disponível para fazer mover a economia mundial com padrões mínimos de eficiência. Para isso faz-se necessário ir além do equilíbrio de forças definido a partir da conduta internacional dos Estados Unidos pós-11 de setembro, contingência histórica que fez coexistirem uma ação política terrorista dramática com um governo norte-americano de inspiração fundamentalista. Analisar o longo caminho percorrido pelo capitalismo até o que hoje se designa *economia global* é investigar as suas crises, no melhor estilo da metáfora schumpeteriana da destruição criativa. Dois raros pensadores do final do século XIX tiveram suas idéias confirmadas na emergência do capitalismo em sua forma hegemônica deste início de século XXI: Max Weber e Karl Marx. Weber designou “a diáspora calvinista como o viveiro em que floresceu a economia capitalista”. E lembrava as máximas de Benjamin Franklin como sendo uma espécie de profissão de fé ianque que expressava a essência do *espírito capitalista*, uma filosofia da avareza que definia o homem digno de confiança como aquele que tinha crédito e valorizava o dever do aumento das posses como um objetivo em si mesmo.

Para Weber, o *espírito capitalista* transformou-se num vitorioso *fenômeno de massa* que deu origem a um sistema econômico bem sucedido e avassalador. Dizia ele: “Atualmente a ordem econômica capitalista é um imenso cosmos em que o indivíduo já nasce dentro e que para ele, ao menos enquanto indivíduo, dá-se como um fato, uma crosta que ele não pode alterar e dentro da qual tem que viver. Esse cosmos impõe ao indivíduo, preso nas redes do mercado, as normas de ação econômica. O fabricante que insistir em transgredir essas normas é indefectivelmente eliminado, do mesmo modo que o operário que a elas não possa ou não queira se adaptar é posto no olho da rua como desempregado”. Além do mais, esse sistema encontrou sempre à mão - do século que se seguiu até os dias de hoje - uma permanente abundância de uma das suas condições de vitalidade, a mão-de-obra barata. É mais uma vez Weber quem previa que, “para sua expansão, o capitalismo requer a existência de um excedente populacional que ele possa alugar a preço baixo no mercado de trabalho”.

No caso de Marx, *O Capital* continha a explicação tanto do que fazia o capitalismo funcionar, ou seja, de como os lucros eram gerados pela extração da *mais-valia* dos trabalhadores, como as indicações sobre o futuro provável do sistema. O *Manifesto* foi uma verdadeira premonição do que viria a ser o capitalismo global: “A necessidade de expandir constantemente o mercado para os seus produtos impulsiona a burguesia em toda a superfície da terra. Ela precisa criar abrigos em toda parte, estabelecer-se em todos os lugares, afirmar conexões em todo o mundo. Com a exploração do mercado mundial, a burguesia deu um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países. Para grande pesar dos reacionários, retirou de sob os

---

<sup>1</sup> **Gilberto Dupas** é coordenador-geral do Grupo de Conjuntura Internacional da USP e presidente do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais. É autor, entre outros livros, de *Economia Global e Exclusão Social* (Paz e Terra); *Ética e Poder na Sociedade da Informação* (UNESP); *Hegemonia, Estado e Governabilidade* (Senac); *Tensões Contemporâneas entre o Público e o Privado* (Paz e Terra); *Renda, Consumo e Crescimento* (PubliFolha) e *Atores e Poderes na Nova Ordem Global* (UNESP).

pés da indústria o solo nacional sobre o qual ela existia. Todas as indústrias nacionais foram destruídas ou estão sendo destruídas diariamente. São deslocadas por novas indústrias, cuja introdução passa a ser uma questão de vida e morte em todas as nações civilizadas; por indústrias que não trabalham mais com as matérias-primas locais, porém com materiais trazidos das regiões mais remotas. Indústrias cujos produtos são consumidos não só naquele país mas em todas as partes do mundo. Em lugar das antigas necessidades, atendidas pela produção nacional, temos novas necessidades, que para a sua satisfação exigem os produtos de terra e climas distantes. Em lugar do antigo isolamento e da auto-suficiência local e nacional, temos um intercâmbio em todas as direções, a interdependência universal das nações”.

Com referência à duração do capitalismo, no curto prefácio de *Uma Contribuição à Crítica da Economia Política*, publicado em 1859, Marx escreveu: “Nenhuma ordem social jamais desaparece antes que todas as forças produtivas que acolhe se tenham desenvolvido; e novas relações superiores de produção nunca surgem antes que as condições materiais para a sua existência tenham amadurecido no seio da antiga sociedade. Assim, a humanidade sempre se propõe só as tarefas que pode executar; ao examinar o assunto mais de perto sempre verificamos que a própria tarefa só surge quando há condições materiais necessárias para a sua solução”. O capitalismo sobreviveu e fortaleceu-se. Nenhuma das condições imaginadas então como possíveis causas do fim do sistema capitalista pareceu poder detê-lo: a redução do consumo e a falta de mercados, a organização dos trabalhadores, a perda do império colonial, a escassez de petróleo e a ameaça proletária do terceiro mundo. E ele não desaparecerá até esgotar – se é que um dia esgotará – o seu potencial. O século XX foi uma brilhante e assustadora demonstração de sua força. Se a taxa de acumulação global se elevou, as assimetrias foram radicalizadas, aumentou a exclusão social, concentrou-se renda e riqueza e agravaram-se os imperativos de legitimação.

### ***Atores e poderes no início do século XXI***

A maneira menos insatisfatória de estimar o poder de um país ainda é o tamanho do seu PIB, já que ele representa três valores macroeconomicamente idênticos: a despesa, a produção e a renda. Classifiquemos os países que interessam à nossa análise em três categorias. A primeira será a das grandes nações ricas, que chamaremos de *países centrais*; elas têm mais de 1 trilhão de dólares de PIB e PPP<sup>2</sup> *per capita* superior a 18 mil dólares anuais. A segunda categoria, que chamaremos de *outros países centrais*, formaremos pelos demais países ricos, com PPP também superior a 18 mil dólares, mas com PIBs entre 120 bilhões de dólares e 1 trilhão de dólares. Finalmente, designaremos as nações acima de certo porte, mas relativamente pobres (PPPs inferiores a 18 mil dólares anuais) – que tenham mais de 100 bilhões de dólares de PIB e população superior a 25 milhões de pessoas – como *grandes países periféricos*, que alguns preferem chamar de países emergentes. Claro está que a escolha das faixas e números utilizados para balizar as classificações é arbitrária. O que salta aos olhos no grupo de *grandes países centrais* é o peso dos Estados Unidos, *potência hegemônica* que gera, sozinha, 30% do PIB mundial. Em seguida aparece o Japão, mesmo após uma década de estagnação. Segue o núcleo básico da União Européia, formado por Alemanha, Reino Unido, França e Itália. Em conjunto, esses seis países somam outros 32% do PIB mundial. Se juntarmos os seis maiores países, chega-se à impressionante cifra de 62%, distribuindo-se os restantes 38% entre todas as 202 nações menores. Ressalta-se, desde já, a imensa assimetria na distribuição atual do “poder econômico” mundial. Esses seis maiores países ricos têm um PPP médio de 29 mil dólares anuais,

<sup>2</sup> Dados do World Bank Indicators, 2004.

bastante homogêneo, à exceção dos Estados Unidos, que têm PPP de 37.352 dólares. Quanto aos *outros países centrais*, retirando-se o Canadá e a Austrália, trata-se das demais nações ricas da União Européia (antes da integração do leste). Finalmente, os *grandes países da periferia* (China, México, Coreia do Sul, Índia, Brasil, Rússia, Turquia, Polônia, Indonésia, África do Sul, Tailândia, Irã e Argentina) assim foram classificados porque, dada sua *massa crítica* representada pela concomitância de um PIB maior que 100 bilhões de dólares e uma população maior que 25 milhões, são parte da lógica global das grandes corporações. O mercado atual e potencial que representam os incluem, queiram ou não, nas decisões estratégicas daquelas corporações a respeito de seus produtos mundiais.

Quanto às questões de poder relativo, são necessárias várias considerações. Em primeiro lugar, o desmantelamento do ex-império soviético liquidou com o sistema de equilíbrio de poder militar e nuclear da época da guerra fria. Os Estados Unidos, com apenas 5% do seu PIB acumula mais de 500 bilhões de dólares para despesas militares, o que o torna líder isolado e capaz de operar autonomamente pelo menos dois conflitos regionais em partes diferentes do mundo. Assim, em termos militares, trata-se de uma hegemonia mundial norte-americana indiscutível e assim deverá permanecer por um bom tempo.

No enfoque de poder econômico teríamos uma menor assimetria entre os Estados Unidos (10,9 trilhões de dólares), a nova União Européia (11,1 trilhões de dólares) e a Ásia (9 trilhões de dólares). Ainda assim, a predominância norte-americana é insofismável, especialmente quando nela englobamos as corporações transnacionais e o domínio tecnológico. São fantasiosas as previsões sobre a China substituindo os Estados Unidos como potência hegemônica em duas ou três décadas. Ainda que tudo continue a caminhar muito bem na complexa transição chinesa, se seu crescimento continuar na média fantástica de 8% ao ano, em vinte anos aquele país terá acumulado um PIB de 5,4 trilhões de dólares; no entanto, basta que os Estados Unidos mantenham até lá um crescimento de 2% anuais, e atingirão 15,2 trilhões de dólares (três vezes mais que o chinês). Claro que, nessas circunstâncias, o peso da China na economia e no poder mundial teria se alterado substancialmente, tendo ela então um PIB 26% maior que o do Japão de hoje. Ainda assim, nada a ameaçar de forma definitiva a hegemonia dos Estados Unidos.

No entanto, essa imensa assimetria de PIBs não impediu os brutais atentados aos centros simbólicos do poder norte-americano por um grupo pequeno de fanáticos contando com recursos muito limitados, assim como não garantiu o controle efetivo dos Estados Unidos no Iraque e não consegue inibir jovens *hackers* talentosos, operando em fundos de quintal e utilizando *laptops* convencionais a criarem e espalharem *virus* que causam imensos distúrbios em *softwares* de uso global – tanto comerciais quanto domésticos –, acarretando falhas nos sistemas de segurança de governos hegemônicos e prejuízos de bilhões de dólares. Fica claro, pois, que concentração tão intensa de poder não significa – nem garante – necessariamente um exercício permanente de dominação.

Outra consideração não trivial a fazer sobre a relativização das assimetrias de poder tem a ver com o domínio completo do ciclo nuclear e a posse de arsenais atômicos. Claro está que essa condição, embora problemática e discutível sob o ponto de vista estratégico e moral, estabelece saltos relativos nos degraus do poder mundial para aqueles países que a obtêm, como aconteceu com China e Índia e, mais recentemente, com Coreia do Norte.

A consolidação da hegemonia capitalista do pós-guerra fria definiu claramente o cenário contemporâneo. A mobilidade do capital e a emergência de um mercado global criaram uma nova elite que controla os fluxos do capital financeiro e das informações, atuando predominantemente em redes e *clusters*, e reduzindo progressivamente seus

vínculos com suas comunidades de origem. Em consequência, enquanto o mercado internacional se unificou, a autoridade estatal se enfraqueceu.

O discurso hegemônico neoliberal do pós-guerra fria, que garantia aos grandes países da periferia uma nova era de prosperidade a partir das políticas de “abrir, privatizar e estabilizar” mostrou-se ineficaz. Os resultados foram, em geral, decepcionantes e têm exigido orçamentos públicos muito apertados justamente no momento em que os efeitos sociais perversos aparecem com toda força, reduzindo ainda mais a legitimidade dos governos e das classes políticas.

Dois tendências haviam se afirmado durante a transição à pós-modernidade: do lado europeu, a social-democracia representava a concretização dos direitos civis e políticos universais no campo social, incluindo as garantias coletivas ao trabalho; já na vertente norte-americana, inaugurou-se uma sociedade de caráter corporativo e organizacional, com características decisórias e programáticas de alta eficácia operacional. Nela, as corporações dispõem de informações de uma forma privilegiada e determinam a estruturação do espaço público por meio das mídias, adquirindo privilegiado acesso a ele. Essa vertente norte-americana prevaleceu. As corporações tornaram-se os sujeitos de direito mais importantes da sociedade civil; ao mesmo tempo, em suas decisões sobre padrões e vetores tecnológicos – vetores esses que definem, além dos produtos que se transformarão em objeto do nosso desejo, as características do mercado de trabalho e da oferta de emprego –, tornaram-se os atores mais importantes da esfera política e do espaço público da sociedade liberal. Desaparece então a divisão estrita entre Estado, sociedade civil e espaço privado. O espaço público, essencial à democracia, converte-se em espaço publicitário e midiático. Os cidadãos que freqüentam esses espaços não o fazem mais enquanto cidadãos, mas como consumidores de informação, comunicação e entretenimento.

De maneira esquemática podemos agrupar os atores do jogo global em torno de três áreas principais: a área do capital (incluindo corporações, sistema financeiro, associações empresariais, acionistas); a sociedade civil (indivíduos e organizações sociais não governamentais); e a área do Estado (incluindo judiciário e partidos políticos). Os grupos terroristas repentinamente adquiriram o *status* de novos atores mundiais, concorrendo com os Estados, a economia e a sociedade civil e disputando com os primeiros o monopólio da violência.

A autonomia dos Estados nacionais é atualmente questionada simultaneamente pelos atores econômicos e pela sociedade civil mundial. Haja vista o caso dos EUA, que se viu rapidamente exposto a um déficit comercial superior a US\$ 500 bilhões por decisão estratégica das suas grandes corporações em produzir fora do país para se beneficiarem de custos de fatores de produção mais baratos. Os conceitos de soberania e nacionalismo que prevaleceram durante o século XX viram-se defrontados com a progressiva tensão entre protecionismo e abertura. O regime neoliberal decide, através de instrumentos como o *investment grade* quem se comportou conforme as expectativas, incluindo ou excluindo do jogo global; os reprovados sofrerão as duras sanções do fluxo de investimentos internacionais. Gestão monetária de acordo com as regras do FMI, reformas políticas ditadas por objetivos econômicos, metas rígidas de inflação, orçamento superavitário, liberação do comércio, liberdade de capitais, Estado social reduzido ao mínimo, são condições indispensáveis a uma boa pontuação. Se essas políticas conduzem a crises – a Argentina é o exemplo paradigmático – o país que assumiu sozinho o risco de ter se comportado como lhe foi sugerido. O sistema internacional lava suas mãos.

Os Estados nacionais vêem-se pressionados em duas frentes: de um lado pelas exigências de um Estado minimalista, onde a autonomia se reduz a opções restritas à aplicação das normas neoliberais; de outro, pela desregulação dos mercados, pela

privatização dos serviços e pela deterioração progressiva do quadro social, que exigem um Estado forte e um aparato regulador muito eficiente. Por outro lado, os Estados são obrigados a buscar cada vez mais intensamente baixar os custos dos seus fatores de produção oferecidos para atrair partes das cadeias produtivas globais a seus territórios, numa estratégia de especialização fortemente competitiva que estimula um rebaixamento geral entre Estados concorrentes, especialmente dos custos gerais da mão-de-obra e dos tributos. Esta estratégia paga um alto preço com a redução progressiva de margens de ação, erosão da soberania nacional e das condições de governabilidade. Dessa maneira, a China está deslocando o México com sua capacidade de oferecer grandes bases de produção com mão-de-obra extremamente barata e bem qualificada aos EUA.

Para competir, o México terá que reduzir ainda mais seus custos, provocando novas quedas em outros países, e assim sucessivamente. O mesmo acontece com as questões de rebaixamento das alíquotas de importação por conta da ampliação da inserção no comércio global. Quanto mais os grandes países da periferia se abrem, mais enfrentam outros que também se abrem para atrair investimentos das grandes corporações. Como essas nações acrescentam baixo valor tecnológico à sua produção local, ao se integrarem especializadamente na lógica das cadeias globais acabam gastando com suas importações mais do que conseguem ao exportar; e não são capazes de obter os benefícios do aumento do fluxo de comércio, como foi o caso do México com a sua integração à Nafta. Embora tanto suas importações como exportações tenham mais do que triplicado de 1992 para 2002, o comércio mexicano continua a ser deficitário e seus indicadores sociais em geral pioraram.

Quanto à sociedade civil, seu poder tornou-se cada vez mais limitado pela erosão contínua dos movimentos sindicais, incapazes de dar suporte político ao crescente volume de trabalho informal e de desemprego, especialmente devido aos processos intensos de terceirização e de automação. No entanto, tem avançado a ação das ONGs e os movimentos sociais evoluíram muito em organização e *marketing*. Hoje, no entanto, eles não sabem a quem reivindicar e como influir na alteração mais ampla do processo global que conduz a progressivas assimetrias e concentração de renda e poder.

Vale ressaltar um ator muito especial dentro da nova lógica econômica global, que, em tese, teria espaço para assumir um papel fundamental no equilíbrio futuro do poder, e que ainda está fora do jogo: o consumidor, o gigante adormecido, que poderia transformar seu ato de compra em um voto sobre o papel político dos grandes grupos em escala mundial, lutando com as armas desses próprios grupos: o dinheiro e a recusa de comprar.

Na realidade, a partir das duas décadas finais do século XX passou a imperar um novo tipo de jogo de poder que introduz imensos desafios na prática da política mundial e tem características bem mais complexas que as que vigoravam anteriormente. Numa metáfora competente, Ulrich Beck chama essa nova realidade de metajogo<sup>3</sup>. O metajogo introduz no exercício político novos e múltiplos paradoxos: as regras não são mais relativamente estáveis, modificam-se no curso da partida, confundindo categorias, cenários, dramas e atores.

Os Estados deixam de constituir-se nos atores mais relevantes da ação coletiva e não mais regulam os sistemas de regras da ação política que definem o exercício do poder e modificam os cenários das ações coletivas. O novo jogo despreza as fronteiras e é extremamente imprevisível. Seria como se as peças principais do antigo jogo de damas adquirissem repentinamente a liberdade de movimentos permitida em um jogo de

---

<sup>3</sup> Entendemos aqui o termo *meta* no sentido de *aquilo que vai além, que transcende, que não mais pode ser explicado pelas regras do antigo jogo*.

xadrez, utilizando movimentos inusitados e pulando outras peças. Melhor ainda trabalhar com a idéia de Gilles Deleuze sobre o *go*. Embora com muito mais mobilidade que o jogo de damas, o xadrez ainda é, por excelência, um jogo de Estado; cada uma de suas peças possui qualidades intrínsecas e natureza interior, portanto codificadas e dotadas de movimentos limitados. Já no *go*, um jogo da potência nômade, suas peças não têm qualquer qualidade intrínseca que as impeça de se movimentar livremente. Seus movimentos são dirigidos ao sabor da situação, sem código pré-estabelecido. Alguns exemplos desses graus de liberdade afrontadores da ordem antiga: a Espanha decide julgar um ex-presidente chileno por crime contra a humanidade; os EUA inventam o conceito de guerra preventiva e invadem o Iraque à revelia da ONU; uma corporação transnacional tenta controlar sozinha o genoma da espécie humana; presidentes de empresas globais dependentes de *softwares* desenvolvidos na Índia tentam evitar que ela se envolva em guerra contra o Paquistão e compliquem as operações de seus sistemas.

O antigo jogo nacional-internacional era dominado por regras de direito internacional no qual os Estados poderiam fazer o que quisessem com os seus cidadãos dentro de suas fronteiras. Essas regras tendem a ser progressivamente contestadas. Nesse novo contexto, o nacionalismo como conceito metodológico pode tornar-se extremamente custoso e obstruir a visão prospectiva, impedindo que se descubram novas estratégias e recursos de poder. A primeira condição para desobstruir essa visão e ampliar os espaços do olhar é aceitar a realidade de que estamos definitivamente inseridos numa nova – e muitas vezes perversa - realidade global. É essa atitude realista que maximiza as possibilidades de ação dos jogadores do metajogo. Revertendo o princípio marxista, é essa nova essência que determinará a consciência do futuro espaço de ação.

Esse cenário define vários conflitos de interesse. Um deles dispõe corporações multinacionais contra movimentos sociais. As grandes corporações – com seu imenso poder - definem a direção dos vetores tecnológicos, os locais de produção e o grau de empregabilidade da economia e, portanto, são inevitavelmente expostas às conseqüências negativas que se pode atribuir a esse enorme poder, a saber: a degradação ambiental, as conseqüências da utilização de transgênicos e produtos químicos na alimentação, o desemprego e o crescimento da informalidade, a propaganda enganosa ou mentirosa, e assim por diante. Essas corporações precisam, pois, de contínua legitimação pelas sociedades e pelos movimentos sociais onde localizam suas atividades. O poder de legitimação dos movimentos sociais repousará, por sua vez, sobre sua credibilidade a longo prazo no papel de testemunhas de fatos e reveladores das verdades que as grandes corporações querem esconder. Por decorrência, quanto mais crescerem e se concentrarem, mais essas empresas gigantes estarão a depender da legitimação dos atores públicos (agências reguladoras, atores da sociedade civil, serviços de proteção ao consumidor, etc) para manterem seu espaço mercadológico e sua margem de lucro.

Outro conflito de fundo é o da economia global contra os Estados nacionais. Os agentes do capital são muito fortes e não têm necessidade de se organizar num ator capitalista global para fazer jogar seu poder contra os Estados. Além do mais, o capital alia-se freqüentemente com seus Estados-nacionais de origem buscando seu apoio para estender sua influência mundo afora.

A estratégia ideal do capital seria fundir-se com o Estado sob a forma do Estado neoliberal. Inversamente, o objetivo da sociedade civil seria construir uma aliança entre ela e o Estado. O programa neoliberal gosta de se imaginar regulando-se e legitimando-se autonomamente. Já o programa da sociedade civil dependerá sempre da confiança que suas organizações inspiram em seus cidadãos como seus legítimos defensores. A definição de estratégias nesse complexo novo jogo exige uma abordagem interativa

tanto da reciprocidade quanto do antagonismo entre os múltiplos atores em busca de seus espaços de ação e de poder.

O principal instrumento de poder das corporações transnacionais e do capital global é a capacidade de dizer não: saio, não entro, não entro mais. Essa decisão constitui-se num ato político por excelência e basta para originar imensos traumas. O critério de dizer sim segue um padrão: orientação neoliberal do governo, tamanho relativo e ritmo de crescimento das dívidas interna e externa, ortodoxia monetária e fiscal, etc. O metapoder da economia mundial face aos Estados nacionais consiste, pois, na opção-saída.

Os atores da economia global são extremamente eficazes e flexíveis no exercício desse poder, operando com sanções e recompensas. O poder de não investir é brandido como uma imensa ameaça. O que legitima esse poder é o princípio da não alternativa. A economia neoliberal é o que há disponível para se fazer parte do mundo global. No entanto, a vulnerabilidade desse imenso poder reside, repito, na sua legitimação social. O metapoder da economia global é extensivo, difuso e não autorizado, já que não dispõe de legitimidade própria. A utilização continuada das formas de ameaça e sanção por parte dos capitais e investimentos globais abre espaço para crises de legitimidade do próprio capital. O poder a longo prazo não pode, pois, prescindir de legitimidade. Daí decorre o papel essencial das instituições democráticas, não da legitimação geral do poder e da dominação dos mais fortes, mas na obtenção de um consenso que sancione o exercício do poder e da dominação em benefício de uma governança que seja entendida como socialmente benéfica.

Já o trabalho foi o maior prejudicado na prevalência das novas dinâmicas globais. A abertura econômica permitiu a circulação livre de todos os fatores de produção, exceto a mão-de-obra, que permaneceu prisioneira formal de seus territórios originais. Os processos radicais de automação e das novas tecnologias da informação reduziram empregos e aumentaram a informalidade via intensa terceirização dos processos de produção, que se espalharam pelo mundo afora em busca de mão-de-obra barata. E o novo capitalismo global, ao invés de funcionar como um promotor dessa mão-de-obra, usa-a para pressionar os trabalhadores melhor pagos e protegidos, induzindo a um contínuo processo de proletarianização e precariedade. A situação gerada pela incorporação dos países do Leste à União Européia é típica da aplicação dessa estratégia; ela será temporariamente positiva para os trabalhadores dos países mais pobres, mas acarretará amplo rebaixamento dos salários e direitos do europeu anterior típico.

Por fim, há que ressaltar o crescente problema dos fluxos migratórios de populações pobres em direção a países ricos, decorrência da contínua concentração de riqueza e oportunidades. Um caso paradigmático dessa questão mais uma vez é o México. Dono da fronteira mais extensa de um país periférico com um outro central e de um verdadeiro abismo entre as rendas dos dois países, o fluxo migratório legal e, principalmente, clandestino de mexicanos para os EUA está se transformando em celeuma conceitual de envergadura, como se constatou com o recente ensaio de Samuel Huntington, vendo nessa migração uma ameaça à cultura e ao estilo de vida norte-americano.

Assim, a natureza do impasse envolvendo o atual momento da lógica capitalista global caracteriza-se pelo seguinte esquema de tensões interdependentes e crescentes: de um lado, a competência para a apropriação mais eficaz e radical da mais valia da mão-de-obra barata, incorporada à produção global por processos de fragmentação e terceirização e mantida essa força de trabalho nos seus países de origem; de outro, uma queda geral do nível de emprego mundial que força populações dos países periféricos à imigração clandestina, que acabam disputando e deprimindo empregos e salários de



trabalhadores de países centrais. As corporações globais estarão cada vez mais concentradas e dependentes de ampliação global de seus mercados para gerar caixa suficiente ao investimento tecnológico cada vez mais oneroso. Essa estratégia é condição para a manutenção de uma posição de liderança em suas cadeias produtivas, situação fundamental para lhes garantir crescimento e remuneração adequada de seus acionistas; finalmente, em decorrência dessa agressividade mercadológica crescente, a assunção de riscos torna essas corporações cada vez mais expostas às críticas sociais e dependentes de crescente legitimação. A tendência desse modelo enfatiza o impasse, aumentando o isolacionismo dos países centrais, fazendo crescer a tensão social e exacerbando fundamentalismos e tratamento agressivo com minorias e diferentes *em seu âmbito e, sobretudo, nos países periféricos*.

As estratégias maximizantes de acumulação de poder das grandes corporações estão definidas e postas em marcha. Elas envolvem contínua concentração apoiada em alianças, parcerias e exploração de vantagens da especialização que os países, em sua miopia competitiva, deixarem que sejam feitas. A arma principal continuará a ser a opção-saída. Essas estratégias obviamente não incluem confrontos globais de legitimidade; e estarão baseadas na idéia de que haverá Estados nacionais ávidos em ceder mais para não perder ainda mais, no clássico caminho minimizante do “antes ceder mais um pouco do que perder tudo” em matéria de recepção de investimentos externos.

Essa ação dominante dos atores econômicos globais não pode ser classificada nem de ilegal nem de ilegítima. Ela opera nos interstícios de um sistema não regulado que permite situar aquela ação num âmbito metalegal, tomando o espaço digital e exercendo crescente influência sobre as decisões e reformas do Estado de modo a fazê-las coincidir com as prioridades do mercado global. Mas, que tipo de crença na legitimidade conduz os dominados a aceitar constantemente a dominação dos dominantes? A sedução retórica dos discursos hegemônicos, a ameaça de represália aos mal comportados e o marketing dos valores dominantes - onde se alterna o não há outro caminho com o este é o bom caminho, basta persistir nele - serão suficientes para construir essa legitimidade?

O poder do capital se amplia sem enfrentar diretamente as leis nacionais e sem o consentimento explícito de parlamentos ou governos graças às novas tecnologias de informação que oferecem a possibilidade de encolher os horizontes temporais e abolir as distâncias. Operando nesses interstícios legais, os grandes grupos vão construindo seu próprio arcabouço legal, incluindo os padrões e as normas em relação ao trabalho, aos contratos e aos processos de arbitragem internacional. As antigas soberanias do Estado-nação passam agora a ser compartilhadas entre Estados e atores econômicos. O poder vai deixando de ser público e acaba, de fato, ocupando vazios criados pela lógica global e editando as novas normas de direito internacional. Assim, as empresas transnacionais passam a tomar decisões quase políticas. E questões vitais vão ficando em aberto. Sob quais condições se pode manipular material genético animal ou humano e manter controles sobre seu acesso, ou patenteá-lo? Quem legitima as decisões das corporações sobre inovações e vetores tecnológicos, que definem condições de empregabilidade mundial - via automação e terceirização - que podem suprimir empregos e baixar salários? Quem se responsabiliza pelos riscos eventuais dos produtos transgênicos, dos processos das cadeias alimentares que geram distúrbios como o da vaca-louca, dos eventuais efeitos das ondas eletromagnéticas dos telefones celulares sobre os mecanismos cerebrais ou da poluição ambiental sobre inúmeras doenças? São conseqüências difusas, algumas com implicações de médio e longo prazos, que podem causar efeitos sociais graves. Sobre essas ações de responsabilidade direta dos atores

globais não há clara definição de responsabilidades nem sistema legal, político ou social que as aprove ou legitime.

### ***Os desdobramentos globais do amplo domínio do capital***

Não foram só as fronteiras nacionais que ficaram mais porosas. As novas tecnologias de rede abriram espaços virtuais para um comércio internacional que os Estados não conseguem mais controlar. É o caso das compras por internet e cartão de crédito dos objetos de pequeno porte, os mais variados – livros, cds, *softwares*, equipamentos eletrônicos etc. –, que circulam “livremente” através de sistemas de entrega privados (os *fedexs* e *dhls*) e até públicos (como os *sedexs* das empresas de correios), tornando muito difícil o controle estatal dessa modalidade de “contrabando formal”. O conceito tradicional de dominação sempre esteve ligado à idéia de um espaço geográfico. Como no caso das relações sociais em geral, ele pressupunha proximidade espacial e física. Agora, importa apenas o acesso livre ao mercado e à sua mão-de-obra barata, que deve ser contida no seu território de origem a fim de evitar que ela se desloque aos países centrais e lá demande o padrão de *welfare state* que esses países ainda garantem a suas populações. É importante lembrar o que já é lugar comum: no mundo global todos os fatores de produção transitam livremente, e disso tiram seu benefício, exceto a mão-de-obra, prisioneira eterna dos seus contornos territoriais. O comércio eletrônico eliminou distâncias e introduziu uma nova forma de mobilidade: o *outsourcing* e as *maquiladoras*. E a transnacionalização da produção deixou de ser uma decisão política voluntária, passando a ser uma obrigação imposta pela lógica global. Ficar fora dela é ainda pior.

A nova era digital abre um espaço para se instaurar contatos e influências cujo sucesso não depende de distâncias e localizações. Isso é particularmente importante nas relações de poder entre Estados nacionais e a economia mundial. A entrada e saída livre dos investimentos privados passam a poder gerar ou suprimir diretamente empregos e impostos, atributo até então exclusivo dos Estados no uso do seu território. O novo poder econômico é, portanto, desterritorializado. Concordamos com Beck quando ele afirma que isso subverte a lógica tradicional de análise do poder, da violência e da dominação. Nestas condições resta pouco do fundamento territorial e nacional da autoridade econômica. O tele-trabalho e terceirização global aproveitam até fusos horários. Os salários reais se reduzem em função do aumento da oferta global, agora intensamente ampliada com os imensos estoques de mão-de-obra razoavelmente bem qualificada da Índia e da China, países que totalizam 38% da população mundial.

A Índia beneficia-se intensamente de sua “vocação cultural” para lógica e matemática; do privilégio de ter no inglês a sua “segunda” língua<sup>4</sup> e, em decorrência, da facilidade de integrar-se em intensos sistemas de terceiriza o de serviços   longa distância. Já a China, está muito ansiosa por absorver seus imensos contingentes de popula o rural e gerar empregos não agrícolas.

As políticas e as institui es utilizadas pelos países centrais nos seus estágios iniciais de desenvolvimento diferem significativamente das diretrizes que hoje eles recomendam – e freqüentemente exigem – dos atuais países em desenvolvimento. Aliás, isso não se constitui em nenhuma novidade. O poder do mais forte sempre foi o vetor impositivo dominante nas rela es internacionais. Embalado em vistosas encena es e eventuais retóricas humanistas, a força a serviço dos interesses dominou os ciclos imperiais e hegemônicos através da história. E as grandes corpora es, expressão dominante dos interesses privados, sempre souberam induzir a aço de seus governos  

<sup>4</sup> Cabe registrar que o inglês ainda é a língua “oficial” da  ndia.

proteção desses seus interesses, fazendo-os coincidir com questões de Estado ou *interesse nacional*. Basta mencionar os estreitos vínculos entre interesses públicos e privados que edificaram as grandes construções comerciais da *primeira* globalização – as Companhias das Índias Orientais e Ocidentais, já denunciadas por Martinho Lutero, citado por Weber como engajado na luta “contra os privilégios de fato ou de direito de algumas grandes companhias mercantis nos séculos XVI e XVII”.

Lembre-mo-nos de um fato interessante ocorrido em pleno ciclo hegemônico inglês (1853): a invasão da baía de Tóquio pelo comodoro norte-americano Perry e por navios de guerra ingleses, franceses e russos, todos respaldados por seus governos, com a missão de exigir abertura dos portos, privilégios comerciais, relações diplomáticas e livre ingresso de cidadãos de seus países ao então fechado e esquivo império do Japão. Margareth MacMillan observa que, durante a Conferência de Paz de Paris de 1919 – que tentou definir a nova partilha do mundo pós-primeira guerra – e firmando-se os Estados Unidos como nova potência hegemônica mundial, o presidente Woodrow Wilson já julgava falar pela humanidade. Diz ela, a partir de testemunhos da época: “Os americanos tendiam a encarar seus valores como universais, e seu governo e sociedade um modelo para todos”. Aliás, essa Conferência fez a transição das velhas e explícitas práticas coloniais para os novos ânimos ligeiramente mais sutis de dominação cultural e territorial, quando então os antigos regimes coloniais foram substituídos por mandatos territoriais exercidos pelas potências vencedoras. Wilson, intelectual teoricamente engajado com a autonomia dos povos, acabou capturado pelas velhas formas de dominação, agora em formato mais sutil. Em sua declaração ao Congresso dos Estados Unidos em fevereiro de 1918, ele dizia que “cada arranjo territorial dessa guerra terá que ser feito no interesse e no benefício das populações”. Mas, enquanto isso, Gaston Domergue, vice-presidente do comitê oficial francês para as metas coloniais, pontificava: “Precisamos de um império colonial para exercitar a vocação civilizadora da França, no interesse maior da comunidade”.

Os ingleses praticavam o mesmo discurso, também em roupagem nova. No caso do controle da Mesopotâmia – as antigas províncias otomanas de Mosul, Bagdá e Basta (hoje o Iraque) –, ingleses e franceses se enfrentaram em dura disputa que visava o controle do combustível do futuro, o petróleo. Os dois lados apenas concordavam que não queriam os norte-americanos na região. Só na Conferência de San Remo, em 1920, a questão foi resolvida com mandato a favor da Inglaterra, que ficou com a Palestina e a Mesopotâmia, enquanto a França controlou a Síria. Argumentos da mesma natureza foram usados para impedir que a Itália controlasse parte da Ásia Menor (Turquia). Foi o próprio Wilson quem disse: “A Itália carece de experiência para a administração de colônias”, sendo contraditado por Lloyd George: “Mas os romanos foram muito bons governadores de colônias”. Na distribuição final dos territórios e divisão dos mandatos, com o beneplácito norte-americano, predominou obviamente o interesse das grandes nações vencedoras, em detrimento da autonomia das pequenas nações ou povos envolvidos nas partilhas e acomodações territoriais.

Na verdade, desde a Inglaterra do século XIV até os NICs (New Industrialized Countries) asiáticos do fim do século XX, os países em saltos de desenvolvimento utilizaram insistentemente políticas industrial, comercial e tecnológica ativas – muito além da mera proteção tarifária – para promover o crescimento de suas atividades econômicas públicas e privadas. São muito oportunas a respeito as já bem conhecidas análises de Ha-Joon Chang. Após fazer uma minuciosa análise das políticas e resultados alcançados nas últimas décadas por países que “deram certo”, lembra que “o problema comum enfrentado por todas as economias em *catch-up* é que a passagem para atividades de maior valor agregado, que constitui a chave do processo de desenvolvimento, não se dá espontaneamente”. A razão é que há discrepâncias entre o

retorno social e individual de investimentos nas atividades de alto valor agregado – ou indústrias nascentes – nessa fase e tornam-se necessários mecanismos para socializar o risco envolvido nesses investimentos. Uma grande multiplicidade de instrumentos de política pública foi e pode ser usada. Os países bem-sucedidos são, tipicamente, os que se mostraram capazes de adaptar o foco de suas políticas às diferentes situações.

É importante salientar que todos os atuais países centrais recorreram ativamente a políticas industrial, comercial e tecnológica intervencionistas a fim de promover as indústrias nascentes, muitos deles com mais vigor do que os atuais países em desenvolvimento. Assim, o pacote de “boas políticas” atualmente recomendado, que enfatiza os benefícios do livre-comércio e de outras políticas do *laissez-faire*, conflita com a experiência histórica. Para Chang, os acordos da OMC não passam de uma versão contemporânea e multilateral dos “tratados desiguais” que a Inglaterra e outros países centrais costumavam impor aos países dependentes da época. E é por isso que foi ínfimo o crescimento econômico verificado nos países em desenvolvimento, nas últimas duas décadas, justamente quando a maioria deles passou por “reformas políticas” neoliberais que se mostraram incapazes de cumprir a sua grande promessa de crescimento econômico. Neles a desigualdade da renda aumentou e a prometida aceleração do crescimento não se verificou, ao contrário do período entre 1960 e 1980, no qual predominaram as políticas “ruins”. Chang conclui que “ao exigir dos países em desenvolvimento padrões institucionais que eles mesmos não tinham quando estavam em estágios comparáveis de desenvolvimento, os países ricos estão usando, efetivamente, dois pesos e duas medidas e lesando-os com a imposição de muitas instituições de que eles não precisam e as quais não podem sustentar”. Finalmente, ele antecipa objeções principais contra suas teses. A primeira é acaciana: o mundo é assim mesmo; os fortes mandam e os fracos obedecem. A segunda é que essa é a vontade dos investidores internacionais. É irrelevante que os países em desenvolvimento gostem ou não dessas “novas regras”. Os países que não adotarem as políticas e as instituições serão marginalizados e amargarão as conseqüências. Isso não parece inevitável. A China tem conseguido atrair uma quantidade enorme de investimentos estrangeiros apesar da predominância do que se consideram ser “políticas ruins” e “instituições precárias”. Ela se aproveita com inteligência do fato de que, em seu processo contínuo de globalização, o capital premia ações que lhe garantam a maximização de sua lucratividade, independentemente de qualquer outra consideração. Para mudar esse quadro seria necessária uma mudança radical nas condicionantes que vinculam a ajuda financeira do FMI, do Banco Mundial e dos governos dos países centrais; reescrever as regras da OMC e de outros acordos multilaterais de comércio de modo a permitir um uso mais ativo dos instrumentos de produção da indústria nascente como as hoje amaldiçoadas tarifas e os subsídios. Exigir que se proíba uniformemente a todos o uso desses instrumentos pode prejudicar ainda mais os países da periferia, incapazes de competir na maioria dos produtos que agregam valor.

### ***Protecionismo: o Estado a serviço da corporação***

Não é própria da lógica do capital a assunção do liberalismo. A concorrência livre exigida pelo regime liberal inibe barreiras a concorrentes, formação de cartéis e outros instrumentos muito úteis à elevação do retorno dos investimentos das corporações. Ele é aceito e pregado como “regra de ouro” para os grandes países da periferia, especialmente em fases de busca de concentração ou compra de empresas menores ou mais fracas, ou ainda visando buscar aberturas permanentes de mercado para seus produtos mais competitivos.

Por essa razão, as estratégias dos atores econômicos globais tentam empurrar os Estados nacionais para a situação de Estado mínimo, uma espécie de Estado de fachada,

empregando todos os meios para tentar legitimar politicamente as suas prioridades. Enquanto isso, esses Estados se batem entre si para atrair os investimentos das corporações internacionais; esses últimos, por sua vez, jogam uns Estados contra os outros buscando melhores condições de maximizar seu retorno. A estratégia geral do capital é de pressão para o abandono de qualquer protecionismo; claro está que seus atores econômicos – que muitas vezes agem em parceria ou com o apoio de seus Estados-sede – não podem oferecer qualquer reciprocidade a esses Estados, já que esses países mantêm seus mercados estritamente protegidos de concorrências externas que os prejudiquem. Foram típicas desse quadro as reações tanto de um grupo de deputados norte-americanos quanto de Pierre Lamy – então comissário do comércio da União Européia – quando de visitas de ambos ao Brasil.

Os congressistas tentavam justificar as taxas de mais de 70% sobre o valor do aço brasileiro exportado aos Estados Unidos. Explicavam que seu país é uma democracia muito sensível aos apelos de seus cidadãos e empresários contra a concorrência externa; e que era dever do Congresso *defender seus trabalhadores contra os riscos da globalização*. Lamy, por nós informalmente estimulado a justificar – após conferência na USP – os enormes subsídios que a França concedia a seus produtos agrícolas, reagiu de maneira semelhante, dizendo tratar-se de obrigação do seus país *proteger seus camponeses (sic) dos efeitos perversos da mundialização*. Na mesma época, também a respeito da questão do aço, Peter Drucker, acadêmico totalmente insuspeito do *establishment* norte-americano, produziu ensaio preciso em que lembra ser sempre esperada uma reação protecionista dos Estados Unidos para cada situação de risco de alguns setores produtivos envolvidos em perda de competitividade relativa. E comparou historicamente essa situação ao setor agrícola do país, exibindo série econométrica – que parte do final da primeira guerra mundial – e evidencia terem os subsídios agrícolas norte-americanos aumentado em média 2% para cada 2% de redução do trabalho agrícola local.

Outro exemplo interessante de ação ativa de um Estado hegemônico para proteção de suas empresas pode ser encontrado na então tenaz ação norte-americana para implantação da Alca no final do governo Clinton. Era secretária de Estado Madelaine Albright, a famosa autora da idéia de que os Estados Unidos voam mais alto e, por isso, enxergam de maneira mais clara o que é melhor para o mundo. À época circulava em Washington um desses relatórios ao estilo dos *think tanks* norte-americanos que detectava um enorme potencial de crescimento do mercado latino-americano, afirmando que ele poderia superar o asiático em algo como uma década e meia. Diante desse quadro, o entusiasmo por tornar a América Latina uma espécie de reserva de mercado das grandes corporações norte-americanas pareceu ser razão importante para a ofensiva governamental a favor da Alca. Ela só não foi determinante porque as evidências de crise ressurgiram nos países latino-americanos e o *11 de setembro* fez os Estados Unidos modificarem radicalmente suas prioridades.

Questão de fundo muito importante, aliás, sobre as chamadas *teses hegemônicas* – ou seja, discursos que, embora vendidos como interessando a todos, beneficiam claramente os países centrais ou hegemônicos – é a tese da abertura geral para o comércio, da qual a OMC é o agente principal. Muito se fala – e se batalha – sobre a necessidade de que os países abram seus mercados irrestritamente. As nações periféricas centram suas lutas nas ações para que as grandes nações – Estados Unidos e União Européia – retirem seus subsídios. Com isso, elas abrem espaço para que aqueles países ou blocos exijam abertura geral dos mercados mais pobres para produtos industriais e serviços, inclusive financeiros. Trata-se de uma armadilha perigosa. No curto prazo, é claro que os países mais pobres podem ganhar com alguns acessos a mercados agrícolas restritos, embora nessa matéria as concessões sejam mínimas. Mas, no longo prazo, uma

abertura geral dos mercados mundiais evidentemente propiciará muito mais ganhos aos países grandes que aos pobres, já que os primeiros serão sempre muito mais competitivos justamente nos produtos mais sofisticados e de valor adicionado maior.

Uma tese que avançaria na linha contrária, ou seja, desmascararia a hipocrisia que encobre as verdadeiras intenções hegemônicas, seria os Estados da periferia se articularem para exigir mobilidade total da mão-de-obra internacional de qualquer origem em contrapartida a uma eventual liberalização geral dos mercados, ou seja, uma política de igualdade em matéria de mobilidade entre o capital e o trabalho. Se todos os países do mundo abrissem seus mercados para especialistas em informática de qualquer parte, o jogo começaria a ficar mais equilibrado. Claro está que os primeiros a reagirem violentamente serão os sindicatos dos países ricos.

Em matéria de tributos, direitos e normas do trabalho, não é a igualdade – mas sim a desigualdade – entre os Estados que otimiza as estratégias competitivas de substituição na economia mundial. Com isso pode-se jogar os Estados uns contra os outros, substituí-los e maximizar a estratégia *opção-saída*. Quanto mais desregulada a economia de um país, mais fácil utilizá-la. Corre em paralelo uma estratégia geral de *mcdonaldização*. O mercado mundial impõe uma prática de brutal normalização. Proliferam os *não-lugares globais*: cadeias de lanchonetes, aeroportos, hotéis internacionais, auto-estradas e *shopping-centers* que parecem os mesmos no mundo todo. Da Coca-Cola à Benetton, as mesmas mensagens a africanos, esquimós e bávaros. Mas essa estratégia vive um paradoxo; quanto mais as fronteiras psíquicas declinam, mais os atores globais mostram sensibilidade a seus velhos hábitos locais, e mais os Estados devem desenvolver intensa imaginação para manter e transformar em valor sua especificidade cultural. Isso obriga a lógica global às *adaptações regionalizadas*. É o *sabor taco mexicano* ou o *churrasquinho brasileiro* introduzidos no amplo cardápio padrão.

### ***O futuro do Estado-nação e a questão da legitimação***

De onde os atores da economia global tiram legitimidade social e política para suas decisões estratégicas? Qual a natureza de seu mandato? Para justificar suas ações eles alegam racionalidade econômica e sucesso comercial. Afinal, o mandato da economia global se baseia no voto econômico dos acionistas, que se manifesta pelas altas e baixas de ações nos mercados financeiros mundiais. Ao consumidor só sobraria uma forma organizada de poder expressar seu direito de voto, a saber, *comprar ou não*.

O problema é que os diferentes grupos de atores não têm o mesmo poder. A assimetria que caracteriza suas capacidades estratégicas favorece brutalmente o capital. Para equilibrar esse jogo os atores da sociedade civil mundial devem começar por se constituir politicamente em sujeitos de ação. O capital terá sempre dificuldades de *fundar partidos políticos* para jogar diante dos Estados. Um bom exemplo foi o recente confronto venezuelano entre um governo democraticamente eleito – mas com tendências populistas – e uma oposição golpista fortemente articulada pelo poder econômico de grandes corporações. No entanto, os grandes atores do jogo global sabem que só conseguem estar presentes em todos os mercados do mundo ao preço de turbulências permanentes.

Mas, a globalização econômica permite aos atores econômicos novos recursos de legitimação. Para maximizar seu poder eles necessitam reforçar as conexões entre capital e direito – “privatização” do direito e da autoridade, novas regras e instrumentos legais que garantam a execução dos contratos e assegurem a regulamentação dos conflitos – e entre capital e Estado, o que lhes tem sido bem suprido pelo *neoliberalismo de Estado*. A importância crescente dos processos de arbitragem internacional faz supor o surgimento de um direito transnacional que vai se constituindo

independente das legislações nacionais ou internacionais, uma espécie de *lei global sem os Estados*. Os acordos fazem os contratos dependerem de instâncias de arbitragem independentes dos Estados nacionais, uma zona autônoma de direito que convive com a legislação política. A desestatização da legitimidade passa pela criação de um direito autônomo, transnacional, cuja função é permitir a legitimação – legal e não, social ou política – do capital.

Diante dessas novas estratégias, em que medida ONU, FMI, Bird e OMC podem contribuir para o surgimento de uma nova ordem de legitimidade e poder? Os Estados nacionais não tendem a se transformar em meros instrumentos a serviço do fluxo de capitais e das cadeias produtivas e de consumo? Como fica a alternativa jurídica da mobilidade de fronteiras que define possibilidades unilaterais tipo *um lado pode e outro não*? De onde o direito e a lei extraem seu poder de legitimação se eles não são mais pensados a partir do horizonte de soberania nacional? O que efetivamente legitima o direito se não existe a autoridade do Estado democrático? Sobre que meios coercitivos pode se apoiar um direito extra-estatal servindo de autolegitimação da economia mundial? A necessidade de pluralização dos recursos de legitimação do direito não pode parecer uma regressão se não a sustenta nenhum Estado de direito suportado por uma constituição democrática?

Cabe aqui também uma palavra sobre uma nova estratégia do capital em busca de legitimação: a chamada “responsabilidade social” das corporações que tenta travestir de dignidade a velha filantropia. A filantropia foi uma resposta à crise social do final do século XIX. As novas grandes fortunas da época – como John. D. Rockefeller, Andrew Mellon e, posteriormente, Henri Ford – tiveram que lidar com fortes críticas e revoltas, especialmente entre 1880 e 1890, contexto no qual a filantropia teve um papel fundamental como uma espécie de “alternativa privada ao socialismo”. É curioso constatar opiniões radicais importantes, à época, sobre o tema. Theodore Roosevelt, por exemplo, na campanha presidencial de 1912, investiu contra os detentores de riqueza vigorosamente acumulada da época declarando que “algum grau de caridade no gasto dessas fortunas não compensará de nenhuma forma o que foi a conduta delituosa que permitiu adquiri-las”. Joseph Schumpeter, numa frase lapidar, colocou a filantropia na lógica da prática do investimento e no lugar subordinado que ela de fato ocupa na maximização do seu retorno, dizendo: “O homem cujo espírito está todo absorvido na luta pelo sucesso dos negócios tem, como regra geral, muito pouca energia para consagrar-se seriamente a qualquer outra atividade. Para ele, um pouco de filantropia e um pouco de colecionismo mais ou menos explícitos fazem geralmente parte do negócio”. A renovação mais recente da face da filantropia veio através de um novo discurso cívico que pretende dar respostas às graves questões sociais surgidas junto com a globalização, uma espécie de “regulação moral” do capitalismo global. Ela se auto-intitulou “responsabilidade social das empresas”, uma espécie de “*marketing* defensivo” em busca de eficácia. O recuo das políticas públicas, o desejo dos governos de empurrar para o âmbito privado as responsabilidades e os destinos da desigualdade, e a admissão de esgotamento dos Estados nacionais em sua missão de mediar – pelo exercício da política – as crescentes tensões sociais fruto dos efeitos negativos do capitalismo global, levaram as grandes corporações a descobrirem que esse novo espaço pode render altos dividendos de imagem pública e social, agregando valor a sua marca.

Não há dúvida que, para as empresas, o envolvimento social – para além dos eventuais benefícios à comunidade – é um excelente recurso de *marketing*. É natural que seja atribuída às corporações uma parcela crescente da responsabilidade pelos efeitos negativos da globalização. Elas concentram hoje um grande poder: apenas as cinquenta maiores empresas mundiais geram um valor adicionado equivalente a quase metade do PIB conjunto dos treze maiores países da periferia mundial; suas decisões

sobre novas tecnologias – ao lado de gerarem produtos cada vez mais sofisticados e eventualmente úteis – são uma das grandes responsáveis pela redução dos empregos formais. Os consumidores estão inquietos e muito sensíveis às questões sociais e ambientais, exigindo dos produtos que consomem mais do que promoções ou novos sabores, e criando maior lealdade a marcas que anunciam serem responsáveis por ações sociais, não importa quão verdadeiras ou consistentes essas ações sejam. David Herderson – que já foi o principal economista da OCDE – ataca a questão por um outro ângulo. Afirma que esse novo compromisso com a responsabilidade social é um mero expediente para encobrir o legítimo e crescente interesse pelo lucro. Acusa os partidários da responsabilidade social, que agem de boa fé, de não entenderem como o capitalismo funciona. Lembra que a “boa cidadania empresarial” não é gratuita, e que seu custo adicional acaba sendo pago por toda a sociedade via aumento de preços. Adverte, ainda, que essas “boas cidadãs globais” estarão em seguida encobertas por um “legítimo interesse social”, exigindo padrões internacionais trabalhistas e ambientais para seus concorrentes de países pobres, limitando com isso ainda mais sua concorrência e piorando o desempenho da economia global como um todo. Para Herderson não ocorre nenhum avanço para a democracia quando as políticas públicas são *privatizadas* e os conselhos de administração das empresas assumem para si metas sociais, ambientais e econômicas conflitantes; essas tarefas cabem aos governos, que devem permanecer competentes para desempenhá-las.

O Estado contemporâneo enfrenta crises internas de várias naturezas, entre as quais sua própria reforma, a garantia de crescimento econômico auto-sustentado e a questão do desemprego. As grandes corporações, apesar de manterem sedes nacionais, perderam em parte a identificação com seu país de origem. A lógica das transnacionais transcende a das fronteiras nacionais. Isso faz com que, em parte, elas possam adotar atitudes que ferem os Estados-nação nos quais desenvolvem suas atividades. Ao terem poder de deslocar indústrias inteiras para outras localidades – ou adotar um sistema de subcontratação internacional –, elas ganharam um poder de barganha desigual na hora de negociar impostos ou benefícios, leis ambientais e regimes de trabalho com os governos-sede e com os governos que pleiteiam sua presença.

A livre movimentação do fluxo internacional de capitais voláteis e especulativos tem causado enormes danos aos grandes países da periferia do capitalismo, repercutindo severamente no nível de produção e emprego. Radicalizou-se a dissonância entre o discurso oficial sobre a necessidade do aprofundamento dos ajustes neoliberais e a percepção das populações sobre se, ao final de outros sacrifícios adicionais, poderia surgir de fato um processo de crescimento acelerado e auto-sustentado que melhorasse sua renda e a empregabilidade. O Estado contemporâneo não se sente mais responsável pelo pleno emprego. Por outro lado, os grandes países da periferia do capitalismo estão acuados com o atual nível de violência de suas sociedades. A principal causa parece estar nas tensões geradas pela crescente concentração de renda e exclusão social das massas populacionais urbanas, convivendo com mídias globais que valorizam o comportamento anti-social e estimulam padrões de consumo que poucos podem ter.

Enquanto todas as fronteiras são abertas ao capital, os trabalhadores são considerados demandantes de asilo, refugiados econômicos e impedidos por meios policiais e militares de valorizar seu capital humano através de fronteiras. Beck lembra que se um país precisa de trabalhadores de certa qualificação concede-lhes um *green card*. Ninguém fala em refugiado do capital. “Nenhuma lei obriga a deter os investidores em aeroportos e interrogá-los para saber os motivos de sua presença. Falamos de globalização e referimo-nos à movimentação livre do trabalho como ato criminoso. A reivindicação de abolição de fronteiras tem que valer também para o trabalho e isso muda a face do mundo”. Seria essa conquista o fim dos Estados



nacionais? Não parece uma excelente troca para parte esmagadora da população mundial a condição de cidadania universal pela surrada soberania nacional?

É a combinação da globalização com o controle da ciência e da tecnologia que torna possível o avanço do poder das corporações globais relativamente aos Estados. O mundo global é calcado no mercado mundial e na tecnologia. Esses dois aspectos escapam ao controle estatal. Eles podem gerar um mundo pós-humano onde os valores humanistas serão relativizados e parte dos homens substituídos pelos robôs sem que a sociedade possa opinar sobre isso. Num mundo fragmentado, obcecado pelo lucro, é cada vez mais fundamental encontrar uma vontade coletiva para agir em direção a uma ciência capaz de impor-se seus próprios limites. O desafio da nova ciência exige a criação de um outro contrato social. Na área da nanotecnologia, para citar um caso, os perigos são tão grandes que cientistas da própria área alertam que não deveríamos tocar nela sem uma ampla regulamentação e um estrito controle internacional, como apontado anteriormente.

Em geral os grandes grupos podem contornar normas e condições impostas por cada Estado. As políticas estatais de adaptação das prioridades do mercado neoliberal são pressionadas pela aceleração contínua das opções tecnológicas, cada vez mais arriscadas. Mas suas aprovações, dadas por cada Estado, só podem ter uma legitimação pós-fato, como tipicamente aconteceu no caso dos transgênicos. As condições impostas por uma economia a caminho da globalização implicam um excêntrico retorno a estratégias de economias planificadas nos grandes grupos transnacionais. Essas estratégias abrem às grandes corporações um campo de experiências cosmopolitas que permitem, em escala global, tirar lições da experiência local.

O desafio contemporâneo é tentar constituir uma nova identidade coletiva da sociedade civil num contexto em que as utopias se foram e a idéia de *formar* parte de um *todo* se desacreditou junto com as noções de missão, crença e nação; o que acentua a necessidade inerente ao ser humano de dar sentido à vida e à sua transitoriedade e, em parte, explica a nova força dos fundamentalismos. O caminho democrático, cada vez mais imperioso, passa a ser a busca do equilíbrio entre a afirmação das liberdades individuais e o direito de identificar-se – seja com uma coletividade social, nacional ou religiosa particular – sem com isso degenerar em comunitarismo agressivo e sectário. Indivíduos e segmentos crescentes da sociedade civil parecem tentar resistir a essa banalização da política. Isso pressupõe investigar a nova relação de forças do metajogo global e descobrir um papel que possa ser eficaz nesse jogo.

As estratégias do capital operam numa zona cinzenta, entre o legal e o metalegal, que faz ressaltar assimetrias crescentes entre dominação e necessidade de legitimação. A instauração e a consolidação da dominação no espaço transnacional – o que vale tanto para os agentes econômicos quanto para os Estados hegemônicos – caminha em paralelo com um crescente déficit de legitimação. A desnacionalização e a transnacionalização da economia e do Estado provocam e acentuam o questionamento e o desconforto social da dominação, criando o grande dilema da era global: a legitimação democrática depende dos Estados nacionais e dos parlamentos, que estão – por sua vez – em claro declínio de poder real; o novo metajogo de poder da política mundial impõe, pois, uma redefinição de dominação e de política no espaço transnacional. À medida que os atores fundamentais da sociedade global saírem dos espaços nacionais da legitimação democrática, surgirão problemas crescentes envolvendo aprovação e rejeição. Mas a perda de vigor das democracias entra em conflito com as exigências de referendo democrático, dificultando ainda mais os processos de legitimação. Os agentes econômicos e as áreas sociais pressionam continuamente seus Estados e parlamentos em busca da defesa de seus interesses. Raramente há coincidência entre esses interesses,

mas quando isso ocorre e o país tem condição de exercer seu poder global, as coisas caminham bem.

### ***A prática da intolerância e o terrorismo como contrapoder***

Juntamente com o crescimento da ansiedade, fruto da degradação crescente no mundo do trabalho – aumento do desemprego e da informalidade, em conjunto com a queda da renda média – o medo e a intolerância têm aumentado substancialmente neste início de século. O *outro* – personificado pelo *diferente*, pelo *estrangeiro* ou pelo muçulmano – passa a ser potencialmente um inimigo que pode fazer mal, seja o vizinho estranho que pode ser um terrorista, seja o imigrante que fazia um trabalho que você não queria, mas que – agora – pode ser a sua alternativa de trabalho.

Parece fundamental aprofundarmos as raízes da intolerância. Habermas lembra que a tolerância é muito mais que a disposição de tratar diferentes de forma paciente; é a virtude política central de uma cultura liberal. Mas tolerância não deve ser confundida com disposição para a cooperação e o compromisso, pois, em caso de conflito, a pretensão à verdade de cada um não é negociável. A recusa a aceitar crenças diferentes é que torna necessária a tolerância; se apreciamos ou somos indiferentes às concepções do outro, não necessitamos de tolerância. A tolerância, pois, pressupõe a não-aceitação de uma diferença cognitiva entre convicções e atitudes que perdura de maneira racional. Se alguém rejeita negros ou muçulmanos, não vamos exigir dele tolerância, e sim que supere seu racismo ou preconceito religioso, pois se trata de uma questão de igualdade de direitos e não de tolerância. O pressuposto é a aceitação de que todos são *iguais* ou de “mesmo valor” na coletividade política. Essa é a norma universal que precisa ser aceita antes que possamos exigir tolerância recíproca.

A tolerância recíproca com a fé alheia no plano social requer uma diferenciação de papéis entre o membro da comunidade e o cidadão, num conflito administrado de lealdades. Para Habermas, isso exige uma moral da sociedade estruturada constitucionalmente e diferenciada cognitivamente do *ethos* da comunidade. Esses conflitos ainda são muito atuais nos grandes países do ocidente; é o caso do *juízo do crucifixo* ocorrido na Alemanha em 1995 – o dever de colocar o crucifixo nas salas de aula de escolas públicas – ou as intolerâncias dos fundamentalismos protestantes nos Estados Unidos. Se os sinos das igrejas católicas soam nos vilarejos pela Europa, por que não aceitar o direito ao *muezin* e a chamada dos *minarettes* das mesquitas para a reza cinco vezes ao dia? E o véu islâmico não pode ser entendido como elemento identificador tão legítimo quanto a cruz no colar?

As convicções éticas religiosas têm de ser distinguidas do espaço dos princípios jurídicos e morais que definem a convivência na sociedade secular. O nexos entre tolerância e democracia tem dois componentes: o *político*, que as ajusta ao pluralismo; e o *religioso*, que as liga às leis da sociedade secular. Com a despolitização das religiões e sua inclusão nas minorias da comunidade política, o alargamento da tolerância no interior da democracia faz do pluralismo religioso um fecundo fermento do despertar da sensibilidade para a reivindicação de outros grupos discriminados. O que provoca o fértil debate democrático sobre o multiculturalismo incluindo, por exemplo, a questão das datas de feriados nacionais e das línguas oficiais.

É preciso analisar com muito cuidado a radicalização da intolerância em todo o mundo a partir dos atentados terroristas aos Estados Unidos, da reação norte-americana e da decorrente deterioração da situação no Oriente Médio, coroada pela brutal guerra contra o Iraque. Trata-se de um elemento novo na análise da pós-modernidade, eventualmente destinado a estabelecer uma descontinuidade no comportamento dos ciclos históricos recentes. O terrorismo praticado em escala global acabou se

constituindo em nova e importante força no metajogo de poder, e precisa ser investigado a fundo.

Nessa nova visão de mundo altamente polarizada várias tendências espirituais buscam resistir à secularização da influência ocidental, o terrorismo pode ser entendido como efeito do trauma da modernização e do consumismo que se espalhou pelo mundo em uma velocidade patológica. Nesse contexto, portanto, o terrorismo global aparece como elemento traumático intrínseco à experiência moderna, cujo foco está sempre no futuro, na promessa, na esperança. Para Habermas, a razão, entendida com uma possibilidade de comunicação transparente e não manipuladora, poderia ajudar a curar os males da modernização, entre eles o fundamentalismo e o terrorismo. Em seu diálogo com Giovanna Borradori, ele afirma: “Do ponto de vista moral, não há desculpa para os atos terroristas. Todo assassinato é em demasia”. No entanto, ele lembra que o ocidente vive em sociedades pacíficas e prósperas que comportam uma grande violência *estrutural* à qual estamos razoavelmente acostumados: a desigualdade social, a miséria no abandono, a discriminação degradante e a marginalização. Nossas relações sociais são permeadas de violência e manipulação. O que é a propaganda, senão manipulação?

Além do mais, será que o padrão do que chamamos diálogo é adequado à troca intercultural, ou feito exclusivamente nos termos de quem o propõe? A tolerância paternalista que sempre praticamos é a de um monarca soberano ou de uma cultura majoritária que aceita ou suporta práticas divergentes de minorias. Surge, assim, a impressão de que a tolerância contém um cerne de intolerância. É o caso do paradoxo da “democracia militante”, que pratica nenhuma liberdade para os inimigos da liberdade. Habermas lembra que, “no interior de uma comunidade democrática, cujos cidadãos concedem reciprocamente direitos iguais uns aos outros, não sobra espaço para que uma autoridade determine *unilateralmente* as fronteiras do que deve ser tolerado”. Acabamos tolerando as crenças de outras pessoas sem aceitar a sua verdade e saber apreciar o seu valor intrínseco.

Para Jacques Derrida, por sua vez, o *11 de setembro* era previsível, certamente não pelas razões apontadas pela CIA. O World Trade Center já havia sido objeto de um ataque anterior, em 1993. Há algum tempo filmes e videogames vinham antecipando a destruição das duas imensas torres do baixo-Manhattan. Eles visualizavam literalmente os ataques, e lidavam com os sentimentos de amor e ódio, admiração e inveja, que aqueles dois objetos inequivocamente fálicos – ou, na tradição lacaniana, os dois grandes seios a serem destruídos – despertavam no imaginário das sociedades. Na leitura de Derrida, o *11 de setembro* é o sintoma de uma crise auto-imune ocorrida dentro do sistema, que poderia tê-la previsto. Ele enfatiza a matriz marcadamente cristã da noção de tolerância, antes de tudo uma espécie de caridade; ou, como lembra Borradori, um “remanescente de um gesto paternalista em que o outro não é aceito como um parceiro igual, mas subordinado, talvez assimilado e certamente mal interpretado em sua diferença”. Para Derrida, essa implicação religiosa na concepção cristã de caridade liquida qualquer pretensão de universalismo.

A tolerância se transforma em uma linha tênue entre integração e rejeição, uma espécie de oposto da hospitalidade, capaz de estar aberta previamente para alguém que não é esperado nem convidado, um *visitante* absolutamente estranho. Derrida prega, para vir ao encontro dos desafios globais, a responsabilidade ética da *desconstrução* de ideais falsamente neutros e potencialmente hegemônicos, exigindo não restrições, mas renovação infinita da demanda por justiça e liberdade universais. Uma democracia funcional participante não pode ser praticada como a razão dos mais fortes e sim como uma área de concessão recíproca de direitos iguais, sem que nenhuma autoridade possa determinar *unilateralmente* as fronteiras do que deve ser tolerado. A globalização nada mais é do que um artifício retórico destinado a dissimular a injustiça.

Fundamentalistas islâmicos, cristãos ou hindus têm reações violentas contra a maneira contemporânea de entender e praticar a religião. Nessa perspectiva, o fundamentalismo é uma reação de pânico à modernidade, percebida mais como ameaça do que como oportunidade. Para Derrida, durante a guerra fria as democracias liberais do ocidente armaram e treinaram seus futuros inimigos, de uma maneira quase suicida. Agora nos defrontamos com a realidade de um conflito assimétrico. A ordem mundial que se sentiu alvo das novas violências terroristas é dominada, sobretudo, pelo idioma anglo-americano, indissociavelmente ligado ao discurso político hegemônico que domina o cenário mundial, a lei internacional, as instituições diplomáticas, a mídia e as maiores potências tecnocientíficas, capitalistas e militares. Ele vê o *11 de setembro* como um efeito distante da própria guerra fria, desde a época em que os Estados Unidos proporcionavam treinamento e armas para o Afeganistão e aos inimigos da União Soviética, agora inimigos dos Estados Unidos.

Após o fim do comunismo, a precária ordem mundial depende amplamente da solidez e da confiabilidade do poder americano, até mesmo no plano da lógica do discurso que apóia a retórica jurídica e diplomática no mundo inteiro; até mesmo quando os Estados Unidos violam a lei internacional, o fazem sem deixar de defendê-la. Daí porque, ao tentar desestabilizar essa superpotência que desempenha o papel de guardião da ordem mundial reinante, o terror desestabiliza o mundo inteiro e os próprios conceitos e avaliações que deveriam nos levar a *compreender* e explicar o *11 de setembro*. Assim, quando se fere dois símbolos até então intocados do sistema vigente – os centros financeiro e militar – atinge-se o que legitima o sistema vigente. Dessa maneira, o *11 de setembro* parece ser um *acontecimento maior*. Derrida fala de um *processo auto-imunitário*, estranho comportamento pelo qual um ser vivo, de maneira quase suicida, trabalha para destruir sua própria proteção, para se imunizar contra sua própria imunidade. Os Estados Unidos detêm, diante do mundo, um poder da auto-representação como unidade sistêmica final da força e da lei. A agressão da qual ele é o objeto vem como *se fosse de dentro*, de forças que se utilizam de aviões, combustíveis e tecnologia *high tech* norte-americana para atacar alvos americanos. Esses *seqüestradores* incorporam dois suicídios simultâneos: o próprio e o daqueles que o acolheram, armaram e treinaram. Os Estados Unidos treinaram pessoas como Bin Laden criando as circunstâncias político-militares que favoreceram sua mudança de lealdade.

Derrida afirma que “quando Bush e seus companheiros culpam o *eixo do mal*, deveríamos ao mesmo tempo sorrir e denunciar as conotações religiosas, as estratégias infantis, as mistificações obscurantistas dessa retórica inflada. E, no entanto, existe de fato, e de todo canto, um *mal* cuja ameaça, cuja sombra, está se espalhando. Mal absoluto, ameaça absoluta, porque o que está em jogo é nada menos do que a *mondialisation*, ou o movimento universal do mundo, da vida na Terra”. E isso pode ser tentado simplesmente de qualquer ponto da Terra, com uma despesa muito pequena e recursos mínimos. A tecnociência empalidece a distinção entre guerra e terrorismo. “Seremos capazes de fazer coisa muito pior amanhã, invisíveis, em silêncio, mais rapidamente e sem qualquer derramamento de sangue, atacando as redes de computadores e de informação de uma grande nação, da maior potência sobre a terra”.

Afinal, o que é o terrorismo? Todo terrorista alega que está reagindo em legítima defesa a um terrorismo anterior da parte do Estado ou do *sistema*. Bem antes das maciças campanhas de bombardeio das duas últimas guerras mundiais, ultimadas pela tragédia atômica de Hiroshima e Nagasaki, a intimidação das populações civis foi, durante séculos, recurso muito comum. Os terroristas foram enaltecidos como combatentes da liberdade na ocupação soviética do Afeganistão e na Argélia de 1954 a 1962. Em que ponto um terrorismo deixa de ser denunciado como tal para ser saudado como o único recurso que restou em uma luta legítima? Derrida se pergunta quem é

mais terrorista: Estados Unidos, Israel, países ricos e potências coloniais ou imperialistas acusados de praticar terrorismo de Estado, ou Bin Laden e seu grupo fanático? A argumentação típica seria do gênero: “Estou recorrendo ao terrorismo como último recurso, porque o outro é mais terrorista do que eu; estou me defendendo, contra-atacando; o terrorista real, o pior, é aquele que me privou de todo outro meio de reagir antes de me apresentar, o primeiro agressor, como uma vítima”. Afinal, as populações islâmicas têm sofrido uma marginalização e um empobrecimento cujo ritmo é proporcional ao crescimento demográfico. E termina com a questão central: pode-se, então, condenar *incondicionalmente*, como parece ser nosso dever fazer, o ataque de *11 de setembro*, ignorando as condições reais ou alegadas que o tornaram possível?

A palavra “tolerância” é definida no contexto de uma guerra religiosa entre cristãos e não-cristãos. A tolerância é uma virtude basicamente *católica*. O cristão deve tolerar o não-cristão, porém, ainda mais do que isso, o católico deve deixar o protestante existir. Hoje, embora ainda centrado na questão religiosa, o conceito de tolerância se ampliou para as minorias e os *diferentes*. Assim, tolerância é antes de qualquer coisa uma forma de caridade cristã e está sempre ao lado da “razão dos mais fortes”, sendo um atributo do exercício da boa face da soberania, que fala do alto no tom “estou permitindo que você exista; mas, não se esqueça, é uma concessão minha permitir que viva em minha casa”. Derrida trabalha lado a lado os conceitos de *tolerância* e *hospitalidade*. Seria a tolerância uma condição de hospitalidade ou seu oposto?

Na verdade, se estou sendo hospitaleiro porque sou tolerante, “é porque desejo limitar a minha acolhida, reter o poder e manter o controle sobre os limites do meu *lar*, minha soberania”. Resume-se, então, a tolerância em conceder a alguém permissão de continuar vivendo? Ela é uma espécie de “hospitalidade fiscalizada, sempre sob vigilância, parcimoniosa e protetora da soberania”, desde que o hóspede obedeça às nossas regras. A verdadeira hospitalidade é aquela aberta previamente para alguém que não é esperado nem convidado, para quem quer que chegue como um *visitante* absolutamente estrangeiro, não-identificável e imprevisível, efetivamente *o outro*. Portanto, essa hospitalidade envolve um alto risco. Uma hospitalidade incondicional é praticamente impossível. “Mas sem a referência dela não teríamos a idéia *do outro*, a *alteridade do outro*, ou seja, de alguém que entra em nossas vidas sem ter sido convidado”. Para o conceito de paz talvez bastasse a prática da coabitação global tolerante.

O fato é que, para além da necessidade óbvia de condenar o terrorismo como ato criminoso, seja de que inspiração for ou sob que disfarce apareça – e dentro dessa dimensão o ataque preventivo ao Iraque também poderia ser classificado como tal –, tudo indica que esses atos apontam para uma nova força que veio para ficar. O terrorismo se afirma como uma alternativa de poder e começa a influir pesadamente na política, seja por acidente tático – como no caso da derrota de Aznar nas eleições espanholas –, seja por imposição de uma agenda, como na direção do governo George W. Bush no pós-*11 de setembro* e na garantia de sua reeleição. E estará cada vez mais legitimado por setores radicais e excluído quanto mais cresça a convicção de que não há outros caminhos. À medida que a lógica do capitalismo global continue contribuindo para o aumento da pobreza no mundo, principalmente na periferia do sistema, a crescente desigualdade econômica e social nessas regiões pode deixar segmentos dessas sociedades mais suscetíveis a admitirem a via do terrorismo como uma alternativa de sobrevivência e uma ação política “plausível”.

### ***A reconstituição do espaço da política na era global***

O desafio contemporâneo mais importante parece estar em como conciliar um salto globalizador irreversível com a marginalização econômica e política crescente do

cidadão que, embora agora virtualmente global, sente-se cada vez mais isolado pela ausência de uma identidade coletiva perdida com o fim das utopias. A idéia de o indivíduo formar parte de um todo se esvaiu junto com as noções de crença, missão e nação. E o sentido da vida restou pendente da volatilidade das mídias e da valorização do consumismo e da performance impossível. A sobrevivência da crença e da prática democráticas, como a entendemos no ocidente, parece depender cada vez mais da possibilidade de equilíbrio entre a afirmação das liberdades individuais – por sobre a tirania das mídias e da manipulação a serviço do capital – e o direito de identificar-se com uma nova crença ou esperança.

Na mesma medida em que a utopia e os grandes relatos se perderam, o espaço da política reduziu-se radicalmente no mundo global. Votar ou não em candidatos com discursos burocráticos ou populistas – travestidos por um *marketing* sofisticado e enganador em novos salvadores – é no que, em grande parte, reduziu-se o âmbito da política nacional. Uma vez no poder as ações possíveis se assemelham, os tons se reduzem em ligeiros semitons. Nesse contexto, um novo conceito de política transnacional ganha muita importância, na medida em que constitui uma resposta à expansão do poder do mercado e do capital. Se é exato que os Estados têm reduzidas alternativas de adaptação ou resistência, também é verdade que uma federação de Estados pode recuperar e desenvolver o poder cooperativo da política e conquistar sobre a economia mundial novas funções e novas opções para influenciar os rumos do equilíbrio de poder.

As estratégias do neoliberalismo de Estado tentam abolir a contradição intrínseca entre Estado e mercado livre, remodelando-o a serviço do mercado mundial e transformando-o numa espécie de facilitador e prolongamento dele. Isso implica o reconhecimento do caráter paradoxal dos Estados e da política: ao mesmo tempo em que se tenta reduzi-los, eles são indispensáveis e insubstituíveis. Os governos, na função dupla de lugar de origem e lugar acolhedor de atores e empresas da economia mundial, jogam um papel decisivo. Adversários até pouco tempo, os Estados tornam-se – através das políticas de reformas neoliberais – aliados e sócios da economia mundial; e são mantidos em intensa concorrência uns com os outros. Com isso eles se reduzem a operadores de segundo nível da política econômica mundial, cada vez mais limitados no espaço de ação de suas políticas interna e externa. A velha diplomacia bilateral dos Estados é pouco a pouco substituída por uma outra, multilateral, em que os atores globais jogam o papel mais importante. No novo nível de arenas políticas transnacionais – OMC, OCDE, G-8, G-20 – é que se jogam as partidas mais decisivas. É lá – e não nas opiniões públicas – que se reescreve, atualiza e negocia o essencial das regras do metajogo do poder da política mundial. Nos anos 1980, a tentativa de conciliar liberdade política e econômica criou a terceira via, que partia da necessidade de os Estados se adaptarem à concorrência no mercado mundial como única alternativa, ficando a política totalmente subordinada aos ditames da economia. Essa redução retirou da política toda sua substância. A possibilidade e a necessidade de reinventar a política na era da globalização estão relacionadas à definição e à repartição de riscos econômicos ligados ao mercado mundial, diante dos imponderáveis globais. Historicamente, sempre houve uma oposição entre política nacional e economia global; a nova política, como dissemos, deve rejeitar a falsa alternativa entre as estratégias de desregulação neoliberal e as estratégias intervencionistas e protecionistas nacionais ou neonacionais, mobilizando seus recursos para a regulação política dos conflitos e dos mercados. As agências reguladoras de defesa da concorrência, por exemplo, têm o dever e a legitimidade para atuar duramente nos casos de ameaça oligopólica, como se ousou fazer no Brasil recentemente nos casos Colgate-Kolynos e Nestlé-Garoto – ainda que quase pedindo desculpas ao capital por tanta ousadia.

É preciso ter continuamente a coragem de colocar no centro do debate temas que a política de adaptação voluntária ao neoliberalismo negligencia ou esconde, ou seja, conflitos decorrentes da destruição do meio-ambiente, da destruição de postos de trabalho por automação e terceirização, entre outros. Em vez de ficar nos discursos radicais contra a economia global, Beck acha muito mais eficaz à política utilizar *a dramaturgia do conflito e do risco* como força geradora de política. Paradoxalmente, o poderio estatal pode ser redinamizado graças à experiência das crises políticas. A economia mundial e o mercado em geral têm necessidade de uma nova política de Estado que crie um quadro de regulamentação fundamental ao seu funcionamento, sobretudo para lidar com as anomalias e disparidades criadas por ela mesma. Isso poderia ser resolvido com a força legitimadora de uma reorganização transnacional e democraticamente organizada da política, reintroduzindo o espaço da mediação política no quadro global, agora com cidadãos e consumidores que usam a internet.

Na sociedade global, a política renasce não pela ação de quem decide sobre as novas tecnologias, mas na explicitação e discussão pública de riscos imprevisíveis dessas decisões; não pela decisão de retirar capitais de um país *mal-comportado*, mas pela ampla exposição à opinião local e internacional das consequências dessas medidas sobre o desemprego; não pela invenção de uma droga revolucionária para a aids, mas pelo implacável debate evidenciando que os milhões de portadores não terão recursos para comprá-la.

Kant foi, de certa forma, quem lançou a visão transnacional da política quando afirmou: “Pensar-se como membro da sociedade civil mundial é a idéia mais sublime que o homem pode conceber como destino”. Muito depois, Friedrich Nietzsche recomendava que a Europa encerrasse a comédia de um ajuntamento de pequenos Estados e das suas veleidades dinásticas e democráticas: “A pequena política encerrou seu tempo: o próximo século trará a luta pela dominação do mundo e a *obrigação absoluta* de fazer uma Grande Política”. Em seguida, foi a vez de Marx prever que seria a globalização do capital – e não da política – que quebraria a política nacional e abriria o espaço da Grande Política.

A política a serviço de um Estado desterritorializado e desnacionalizado pode descobrir novos potenciais de poder quando colocada numa perspectiva transnacional. Há um equívoco quando se vê como indissociáveis a nação e o Estado, a política e o território, a atividade política e a soberania nacional. Quando os governos negociam acordos de direito internacional ou quando se agrupam para formar um novo conjunto, surge um novo espaço de soberania cooperativa que pode fazer frente aos grandes grupos da economia privada e definir novas condições gerais. Mas o preço a pagar é a perda da antiga soberania nacional. Afinal, nesse novo contexto, para que essa soberania serviria? Os Estados nacionais são hoje ineficazes em inúmeras áreas, tais como direito internacional, criminalidade, progresso tecnológico, controle do meio-ambiente etc. No entanto, o ganho cooperativo transnacional pode ser altamente compensador. Soluções transnacionais oferecem a possibilidade de enfrentar os problemas cruciais deste século. Para isso, seria preciso retomar o discurso com o conteúdo da Grande Política, capaz de mobilizar amplo segmento de cidadãos mundiais, incitando as massas e movendo-as para a ação, recuperando a estratégia das utopias. Um bom exemplo são as potencialidades de uma eventual integração sul-americana. Mesmo que o Mercosul supere os problemas críticos por que passa, seu formato atual já é pequeno demais para enfrentar os desafios de escala exigidos para um bloco regional que tenha a pretensão de atuar no jogo global. Já América do Sul, com seus 13 países, gera US\$ 1 trilhão de PIB e abriga quase 400 milhões de pessoas. A integração sul-americana é viável e pode se sustentar em três eixos sinérgicos principais tipicamente transnacionais. O primeiro é um plano de crescimento auto-sustentado para a região amazônica; aliás, ou nossos

países tomam conta desta imensa reserva biológica e hídrica ou outros tentarão fazê-lo. O segundo é uma rota eficiente que ligue o Pacífico ao Atlântico, com grandes possibilidades de ganho econômico e pacificação política de tensões históricas envolvendo vários países da região. O último é um acordo energético de amplas proporções envolvendo petróleo, gás, eletricidade e biomassa, além da gestão da maior reserva de água doce do planeta. Apoiada nesses eixos, uma União Sul-Americana - aos moldes da União Européia - passaria finalmente por cima de questiúnculas nacionais e forneceria massa crítica para negociações concretas com os grandes atores econômicos globais, incluindo projetos de investimento de mútuo interesse.

A região amazônica representa 44% do território sul - americano, abrangendo áreas de oito países. Seus ecossistemas abrigam 30 mil espécies vegetais; 2 mil espécies de peixes nadam nesses 16% de toda a água doce do mundo; e aí estão 15% das reservas mundiais de bauxita. Seus países assinaram o Tratado de Cooperação Amazônica, mediante o qual se comprometeram a realizar ações conjuntas para promover o desenvolvimento, a preservação ambiental e a utilização racional dos recursos naturais da região. As atividades econômicas amazônicas estarão sempre estreitamente vinculadas à utilização do seu patrimônio natural; o que, na ausência de uma estratégia, converte o desenvolvimento sustentável em uma meta improvável. Ao mesmo tempo, cria uma oportunidade única de revisar estilos de desenvolvimento inadequados, buscando modelos socialmente mais justos e ecologicamente mais sustentados. Thomas Lovejoy, um dos mais importantes especialistas em florestas tropicais e biodiversidade do mundo, lembra que a região é um sistema ecológico que se estende por todos os países que compõem a bacia, e que só articulado num sistema transnacional regional ele poderá ser gerenciado com êxito. A Amazônia produz metade de sua própria chuva; toda sua espetacular biodiversidade e recursos vivos dependem de um clima pelo qual a própria região, em boa medida, é responsável. Esses fatos levantam a perturbadora questão: que grau de desmatamento irá desencadear uma tendência irreversível de maior secura climática, com degradação definitiva do seu sistema? É preciso ser capaz de prever, por exemplo, quais as conseqüências da conversão de florestas em plantações de soja no Mato Grosso para o equilíbrio climático da região. Os índices de desmatamento continuam muito altos e ameaçam aumentar. O ressecamento e a maior vulnerabilidade ao fogo sugerem que o ponto limite de devastação não esteja distante. A diversidade biológica da Amazônia, além da sua riqueza mineral e dos combustíveis fósseis, possui um imenso potencial econômico, caso ela seja preservada, administrada e desenvolvida de forma sensata. Mas o fator atual básico propulsor é a lucratividade do setor privado; os incentivos fiscais dos governos, indutores teóricos de direções mais amigáveis ao meio ambiente e aos habitantes da região, ficaram para trás. O gado vem ocupando grande espaço, bem como a soja, com grande mercado de exportação. A extração de madeira é intensa, e há o imenso desafio da defesa da região contra a produção e circulação das drogas ilícitas. Existe o potencial tecnológico do Sivam, ainda precário, mas com bom potencial para a proteção do espaço aéreo e o controle ambiental. Esses temas e recursos só têm sentido sinérgico se enfrentados adequadamente numa ação simultânea dos vários países que constituem a Amazônia. Assim tratados, eles poderiam significar um importante fator da dinamização da integração sul-americana, atraindo e integrando os países andinos aos do Cone-Sul.

Quanto às oportunidades abertas pelas rotas de integração bio-oceânica, tem crescido muito o volume de cargas a serem movimentadas, especialmente a partir das novas fronteiras do Norte e Centro-Oeste do Brasil; e as saídas para o Pacífico passam a ser alternativas importantes para o incremento das exportações, especialmente em direção à Ásia. Para tanto, uma série de projetos devem ser objetos de uma agenda permanente de governos e empresas, numa perspectiva de médio e longo prazos, muito



além dos ciclos curtos com que operam os governos nacionais e gerando economias substanciais de fretes.

Finalmente, quanto à integração da matriz energética sul-americana, o potencial hidráulico, as reservas de óleo e gás e o manejo da biomassa são em vários casos complementares e passíveis de uma ampla negociação visando a autonomia e a redução no custo da energia da região. É o caso do gás boliviano, do petróleo venezuelano, do potencial hídrico brasileiro e da posição estratégica paraguaia.

As soluções em torno desses três eixos principais, bem estruturadas e detalhadas, permitirão maximizar alternativas estratégicas para o setor privado, desde que garantido o controle adequado dos impactos ambientais e sociais delas decorrentes. Até porque, dentro da penúria dos atuais orçamentos públicos, é a iniciativa privada induzida pelo Estado que terá de viabilizar recursos para investir em projetos que tenham lógica sinérgica e adequado retorno. Por induzirem novos elementos de racionalidade supranacional com negociações que geram vantagens às partes, esses eixos externos podem também funcionar como fator de amenização de inúmeras tensões locais e nacionais de difícil manejo político; um bom exemplo é o atual conflito boliviano. São conceitos e projetos com características transnacionais intrínsecas, e podem colaborar significativamente seja para a melhora da competitividade regional dos países sul-americanos – e de suas empresas – integrados em um bloco sul-americano articulado econômica e politicamente como um novo interlocutor no cenário global.

Em suma, fazer o jogo da política significa redefinir e exercitar o monopólio da legitimação estatal e democrática no confronto com a economia mundial. A economia global tem necessidade de um quadro político transnacional dentro do qual possa agir. A dominação translegal exige o surgimento de uma política translegal. A concentração de poder nas mãos do capital poder ser precária do ponto de vista de legitimidade e de opinião pública, gerando uma grande crise de confiança. Os grandes atores econômicos sabem que os esforços para se tornarem autárquicos em relação à política e à sociedade serão sempre precários e podem abalar os fundamentos de sua própria legitimação. Os Estados nacionais não têm instrumentos para assumir os problemas sociais, econômicos e ecológicos provocados pela lógica do capital; essas conseqüências são altamente sensíveis e podem facilmente provocar crises de legitimação, protestos de consumidores e cidadãos e abalar os fundamentos da própria globalização dos mercados. Em caso de conflitos públicos, a sustentação das ações dos grandes grupos vai ficar na dependência da mobilização dos Estados e do jogo político democrático dos que ainda têm o monopólio da legitimação; é difícil que ela seja sempre a favor do capital, já que retirará progressivamente dela sua já tênue sustentação democrática.

Os Estados nacionais devem compensar as concessões feitas e as desregulamentações adicionais de seus mercados por meio de exigências de alternativas para custos sociais e políticos que ameaçam em longo prazo a coesão das sociedades. Na verdade, políticas de desregulamentação e de conservação do poder são incompatíveis. Nesse sentido, a estratégia de neoliberalização da política prepara a ruína do poder político, ameaçando a lógica democrática. O que leva, no plano do poder, ao agravamento contínuo da confrontação entre o capital e a política.

A política deve se liberar do paradoxo de autoliquidação neoliberal, reconquistando sua margem de decisão e abrindo-se a coalizões múltiplas. Por outro lado, uma política econômica “moderna” poderá ser aquela que retoma a autoridade, ensinando que a riqueza conduz a reivindicações em matéria de direito e de justiça e que isso cria responsabilidades aos poderosos. O caminho inverso, que tende a radicalizar desigualdades e suprimir direitos, provoca conflitos endêmicos. O abandono da ortodoxia neoliberal e o fato de que a política se abre também aos frustrados, aos

fragilizados, aos perdedores da globalização, representa uma renovação da política e do Estado em nível do conteúdo e do plano estratégico de poder.

Para que a política retome seu papel será necessário abrir um intenso debate sobre a legitimação da economia mundial, o que inclui um exame mais profundo sobre as causas do terrorismo como arma dos desesperados e dos fanáticos – e suas conexões com a exclusão e a ausência da verdadeira política. Diante dos déficits crescentes e endêmicos de legitimação, essa política revitalizada poderia quebrar a hegemonia do discurso neoliberal e substituí-lo por um discurso de auto-renovação política, exigindo da economia mundial responsabilidade, imputabilidade e transparência. É útil, lembrar, para encerrar, que política e filosofia só se resolvem se figurarem como sua própria época posta em ação e pensamento. Tanto Platão como Marx estavam convencidos de que só os amplos fundamentos teóricos – os “grandes relatos” – permitiriam acabar com a injustiça. Houve época em que se dizia que a justiça só poderia reinar se os reis se fizessem filósofos. Durante parte do século passado achou-se não haver a possibilidade de alcançar mais justiça sem ultrapassar o capitalismo; e se a cultura não voltasse a ser um valor distinto da mercadoria. Nos anos 1990, parte da esquerda mundial pareceu se conformar com uma “terceira via” social-democrata de Clinton, Blair e Fernando Henrique; e a direita norte-americana ainda parece confortável num estranho “capitalismo com misericórdia”, anunciado por W. Bush na campanha da reeleição. No Brasil, acreditou-se que havia chegado a oportunidade de mudar os rumos da desigualdade e da ética com um partido popular, o PT de Lula, chegando ao poder. E agora? Como resgatar a esperança? Os Estados democráticos burgueses são o melhor que o mundo pode esperar? Salvar o futuro já foi atribuído à vontade de Deus, ao processo evolutivo, à história da linguagem e ao progresso científico e tecnológico. A proposta marxista foi o principal legado da obra de Hegel à imaginação social. Já o fracasso do socialismo real pareceu nos querer dizer que as sociedades complexas não podem reproduzir a si mesmas se não se entregarem à lógica auto-reguladora de uma economia de mercado. Nesta altura os termos “capitalismo” (usado em contraposição a comunismo), “ideologia burguesa” e “classe trabalhadora” estão pairando no ar à espera de que possamos propor e construir algo melhor do que a eficaz – mas socialmente perversa – economia de mercado. Rorty sugere que, ao inventar “História” como nome de um objeto que podia ser captado conceitualmente, Hegel e Marx possibilitaram que “conservássemos do cristianismo tanto o romantismo do relato sobre os símbolos feitos de carne como o sentido de solidariedade contra a injustiça”. O monopólio atual do capitalismo tem um enorme desafio: ser capaz de construir um discurso de legitimação que possua a mesma força dramática e a mesma compulsão do empolgante relato marxista. Isso não parece nada fácil com os resultados que esse sistema vencedor acarreta em termos de pobreza, exclusão social e destruição ambiental mundo afora. É difícil propor às novas gerações a imagem do caubói cibernético bushiano como apta a substituir figuras como Lênin e Che Guevara. Mas cada situação da história é única; e só dela podem surgir novas formulações.

A tarefa da filosofia, embalada no manto clássico da “preocupação pela realidade última”, tem que estar voltada a melhor enunciar aos homens as batalhas sociais e morais de seu próprio tempo. E a da política, é de dar conta de captar os anseios da sociedade e propor - dentro de suas possibilidades - uma conciliação entre teorias e práticas. Mas é bom lembrar que, na filosofia, tanto a formulação como a justificação de uma teoria se apóia nos ombros do patrimônio cultural comum da humanidade formado pela rede de teorias anteriores. Idem para a política e sua práxis. As experiências recentes que decepcionam deixam marcas profundas.

Nesse início sombrio de século, recuperar o papel fundamental da política e radicalizar a democracia talvez signifique assumir que o objetivo desta nova política não

é fazer com que o cidadão reconheça o verdadeiro e o correto, mas sim lhe dar liberdade para que ele mesmo decida o que é verdadeiro e o que é correto. E a verdade e o correto aparecerão sempre mais como aquilo que somos capazes de partilhar com os outros como sendo a verdade. O consolo e o caminho para a política e a democracia - nesse momento tão perplexa e frágil, especialmente nos grandes países da periferia - talvez estejam no próprio Nietzsche quando nos afirma que “todo pensamento que se deixa surpreender por um novo questionamento, intimo ou exterior, demonstra capacidade de recomeço”. A radicalização do espaço da política, questionado e renovado, é um vetor essencial na construção de uma ordem global mais justa que inclua os países periféricos à dinâmica de acumulação capitalista.

## BIBLIOGRAFIA

- BECK, Ulrich. *Pouvoir et contre-pouvoir à l'ère de la mondialisation*. Paris: Flammarion, 2003.
- \_\_\_\_\_. "A questão da legitimidade". In: *Revista Humboldt*, nº 87. São Paulo: Goethe- Institut, 2003
- BORRADORI, Giovanna. *Filosofia em tempo de terror: diálogos com Habermas e Derrida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- CHANG, Ha-Joon. *Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo: Unesp, 2004.
- DESAI, Meghnad. *A vingança de Marx: a ressurgência do capitalismo e a morte do socialismo estatal*. São Paulo: Códex, 2003.
- DRUCKER, Peter. "The manufacturing paradox". In:  
<http://www.drucker.cgu.edu/DruckerArchives/data>.
- DUPAS, Gilberto. "Verdade, política e filosofia" em *Folha de São Paulo*. São Paulo: agosto de 2005.
- \_\_\_\_\_. "A integração da América do Sul" em *O Estado de São Paulo*. São Paulo: 23/07/2005.
- \_\_\_\_\_. *Atores e poderes na nova ordem global: assimetrias, instabilidades e imperativos de legitimação*. São Paulo: Editora Unesp, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Tensões contemporâneas entre o público e o privado*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- GUILHOT, Nicolas. *Financiers, philanthropers: vocation éthiques et reproduction du capital à Wall Street depuis 1970*. Paris: Raison d'Agir, 2004.
- HABERMAS, Jürgen. "Teoria da adaptação". *Folha de S. Paulo*, Caderno Mais!. São Paulo, 05/01/2003.
- HUNTINGTON, Samuel. *Who are we? Cultural core of American national identity*. Simon & Schuster, 2004.
- MACMILLAN, Margaret Olwen. *Paz em Paris, 1919: a Conferência de Paris e seu mister de encerrar a Grande Guerra*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.
- MARX, Karl (1983). *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Civilização Brasileira.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich (1984). "Manifesto do Partido Comunista". Tradução de Marcus Vinicius Mazzari do original alemão "Manifest der

Kommunistischen Partei". Revista *Estudos Avançados*, no. 34, IEA/USP, setembro-dezembro de 1998.

RORTY, Richard. *Verdad y Progreso*. Barcelona: Paidós, 2000.

SCHÖPKE, Regina. *Por uma filosofia da diferença: Gilles Deleuze, o pensador nômade*. Rio de Janeiro/São Paulo: Contraponto/Edusp, 2004.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.